

## Em torno de uma experiência religiosa feminina: as mulheres da *pobre vida* de Évora

J O Ã O L U Í S I N G L Ê S F O N T E S

Membro do Instituto de Estudos Medievais (FCSH/NOVA) e do Centro de Estudos de História Religiosa (UCP).  
Bolseiro de Pós-Doutoramento financiado pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia (SFRH/BPD/85739/2012).  
joaofontes@hotmail.com

**Resumo:** Tomando como campo de observação a cidade de Évora, o presente artigo procura analisar o percurso das várias experiências religiosas não regulares protagonizadas por mulheres, no interior da urbe, ao longo do século XV. O registo, nos livros de aniversários da Sé de Évora, de várias mulheres pobres ou reclusas que aí se fizeram sepultar e confiaram aos seus clérigos a intercessão pelas suas almas, é o pretexto para analisar a forte implementação, na cidade, destes grupos femininos adeptos da *pobre vida*, a sua evolução ao longo da centúria e a inflexão, em finais da centúria, conducente à sua gradual institucionalização e conversão em comunidades monásticas regulares. O protagonismo feminino assumido no apoio ou na adesão a estes grupos cruza-se com as dinâmicas de crescimento e de enquadramento destas opções religiosas não institucionalizadas que constituem, por si, um espaço de autonomia e de afirmação, social e religiosa, das mulheres no âmbito do mundo medieval.

**Palavras-chave:** Experiências religiosas femininas, *Pobre vida*, Reclusão voluntária, Mundo urbano, Idade Média, Évora, Portugal.

**Abstract:** Taking the city of Évora as a point of observation, this paper intends to analyze several non-regular religious experiences performed by women, inside the city, along the 15th century. The memory, registered in the liturgical books of the city's cathedral, of several poor or enclosure women that were buried inside that temple and trusted to their clergy the intercession for their souls, is the pretext to understand the strong implementation of such groups of poor women inside the city, its evolution during this century and the changes that led to their conversion into monastic communities. The feminine relevance assumed in the support or in the admission to these groups is intersected with the dynamics of expansion and context of these non institutionalized religious options, which are a space of autonomy and a statement of social and religious role of women in the medieval world.

**Keywords:** Female religious experiences, *Poor life*, voluntary reclusion, Urban world, Middle Ages, Évora, Portugal.

## À sombra da catedral

No Arquivo do Cabido da Sé de Évora, conservam-se três livros de aniversários medievais, nos quais se deixaram registadas as celebrações litúrgicas, a assegurar pelos cónegos da catedral, em ordem ao conveniente sufrágio dos crentes que, confiados na sua qualificada intercessão, lhes haviam encomendado missas, ofícios e responsos, por sua alma ou por alma dos seus<sup>1</sup>. Respeitando uma função ao mesmo tempo memorialística e funcional, os livros registam todas as obrigações litúrgicas celebradas por alma dos seus instituidores, de acordo com a sua distribuição ao longo do ano, de janeiro a dezembro<sup>2</sup>. Ao nome dos homens ou mulheres a sufragar, associam o encargo litúrgico a cumprir e os bens que, outrora doados ao cabido, permitem o sustento dos clérigos encarregues de cumprirem os sufrágios acordados. A estes dados, o livro mais tardio, datado de 1470, junta outros pormenores, nomeadamente o local onde se fizeram sepultar, caso tenham escolhido a catedral eborense como destino para o seu corpo.

Entre os benfeitores sufragados, encontram-se também algumas mulheres. Em particular, umas mulheres descritas simplesmente como “pobres”, ora recordadas apenas com o seu nome próprio, ora incluindo o respetivo apelido, em regra um patronímico. O seu registo, ausente do livro mais antigo (c. 1427), aparece nos dois livros mais tardios, ambos do terceiro quartel do século XV. Assim, uma Constança “a proue” era sufragada com dois aniversários, um a 23 de março, dia da sua morte, e outro a 6 de maio, por umas casas, junto ao “muro quebrado”, onde morava uma Iria, também dita “pobre”<sup>3</sup>; uma Margarida Eanes “a pobre”, sufragada com aniversários a 27 de março, 6 de julho e 23 de setembro, por casas deixadas na Rua da Freiria<sup>4</sup>; e, por último, uma Domingas Mateus, “enpardeada”, com aniversário a 2 de Setembro, por casas deixadas ao cabido, sem que se indique a sua localização<sup>5</sup>. Todas estas mulheres se haviam feito sepultar na catedral: Constança junto à pia batismal, Margarida Eanes à ilharga do altar do Corpo de Deus, Domingas Mateus no adro. As sepulturas das duas primeiras traziam sinais distintivos gravados nas pedras tumulares: cruces na de Constança e as “tres Rodas

1 Correspondem aos códices *CEC 4-XV* (c. 1427, apenas com o primeiro semestre), *CEC 4-XVI* (c. 1464, também truncado, com os primeiros seis meses do ano) e *CEC 4-XVII* (1470, completo). Cf. Carlos da Silva Tarouca – *Inventário das Cartas e dos Códices manuscritos do Arquivo do Cabido da Sé de Évora*. Évora: Edições Nazareth, 1946, p. 81-82.

2 Sobre este tipo de livros, vejam-se as considerações tecidas por Isaias da Rosa Pereira – *Livro de aniversários da Igreja de Santa Marinha de Lisboa*. Separata da *Revista Municipal*, nº 100, Lisboa: s.n., 1964, p. 5; Isaias da Rosa Pereira – *Livros de aniversários de Santa Maria da Alcáçova de Santarém e de Santiago de Coimbra*. Separata de *Boletim da Biblioteca da Universidade de Coimbra*, vol. XXXIV. Coimbra: Coimbra Editora, 1978, p. 6-12.

3 Arquivo do Cabido da Sé de Évora (doravante ACSE), *CEC 4-XVI*, fls. 96 e 140v; *CEC 4-XVII*, fls. 23v e 35. Segundo Afonso de Carvalho, este arruamento do Muro Quebrado situar-se-ia nas proximidades da igreja de S. Pedro, estendendo-se entre S. Vicente e a atual igreja da Misericórdia (cf. Afonso de Carvalho – *Da Toponímia de Évora*. Vol. I – *Dos meados do século XII a finais do século XIV*. Lisboa: Edições Colibri, 2004, p. 233-234).

4 ACSE, *CEC 4-XVI*, fl. 100; *CEC 4-XVII*, fls. 24v, 50v e 71v.

5 ACSE, *CEC 4-XVII*, fl. 66.

de santa Kateryna”, a virgem mártir de Alexandria, na de Margarida Eanes. Sobre a da emparedada Margarida Mateus, nada é dito, além da sua localização.

O testemunho guardado por estes livros de aniversários é bastante significativo. Embora se desconheçam outros livros similares pertencentes às restantes igrejas da cidade de Évora ou aos conventos e mosteiros nela edificadas, o facto é que percebemos, pelo registo conservado pelo cabido eborense, a ligação espiritual que algumas destas mulheres, tanto emparedadas como adeptas da *pobre vida*, parecem ter estabelecido com a igreja-mãe da diocese e com os seus responsáveis, do bispo aos clérigos associados ao serviço da catedral. A associação à pia batismal e os próprios símbolos escolhidos para a individualização das sepulturas são interessantes, pelo seu profundo carácter cristocêntrico e martirial, ambos significativos de uma procura de identificação com Cristo e de regresso às origens da vida cristã.

À data em que os dois livros aqui utilizados foram redigidos, a cidade de Évora albergava, já há várias décadas, um número significativo destas mulheres. Se o caso de Margarida Mateus parece mais anacrónico, pois deixamos de ter notícia da presença de emparedadas na urbe a partir de 1440<sup>6</sup>, bem diferente é o panorama relativo aos grupos de mulheres ditas da *pobre vida*, que, na segunda metade do século XV, denunciavam uma inusitada vitalidade, instalados em pontos diversos da cidade, todos, contudo, ao abrigo das suas muralhas.

## Da reclusão à *pobre vida*: a comunitarização das experiências religiosas femininas

A escassa documentação que sobreviveu da presença de emparedadas em Évora parece demonstrar o gradual ocaso desta forma de vida religiosa nas primeiras décadas do século XV. Sabemos da sua vitalidade nas centúrias anteriores, comum ao atestado em muitas outras vilas e cidades do reino, quando a reclusão voluntária é procurada por um número crescente de leigos e sobretudo de mulheres como uma opção de maior radicalismo e autonomia religiosa, conduzida sob a proteção das muralhas das urbes e sob a vigilância das suas autoridades<sup>7</sup>. Em Évora, sabemos que de um destes

6 Nesse ano, Afonso Gomes Restolho vendia umas casas, sitas em Évora, na Rua das Emparedadas, como testamenteiro de uma Catarina Domingues, também ela emparedada, já falecida (Biblioteca Pública de Évora – doravante BPE -, *Pergaminhos Avulsos*, pasta 13, nº 130 – 1440.02.29, Évora). Em 1433, ainda se documenta, na dita rua, a presença de uma Maria Eanes, emparedada (*Pergaminhos Avulsos*, pasta 13, nº 133 – 1433.01.03, Évora).

7 Veja-se, sobre este aspeto, João Luís Inglês Fontes – Reclusão, eremitismo e espaço urbano: o exemplo de Lisboa na Idade Média. In Luís Krus, Luís Filipe Oliveira e João Luís Fontes, coord. – *Lisboa Medieval. Os rostos da Cidade*. Lisboa: Livros Horizonte, 2007, p. 259-270. Para o caso de Santarém, cf. José Mattoso – Estratégias da pregação no século XIII. In *Fragmentos de uma composição medieval*. Lisboa: Ed. Estampa, 1987, p. 191-202, e Mário Viana – *Espaço e povoamento numa vila portuguesa (Santarém, 1147-1350)*. Lisboa: Caleidoscópio, 2007, p. 131-132. Para Coimbra, algumas informações em Saul António Gomes – As ordens mendicantes na Coimbra medieval: notas e documentos. *Lusitania Sacra*. 10 (1998), p. 154-155. O movimento é muito similar ao documentado por María del Mar Graña Cid para Córdova (*Religiosas y Ciudades. La espiritualidad femenina en la construcción sociopolítica urbana*

núcleos de emparedadas, dirigido por Domingas Soeira, filha de um cavaleiro da cidade, resultaria o nascimento de uma comunidade monástica integrada na Ordem de Cister por decisão do Capítulo da Ordem celebrado em 1278, e de onde nasceria o mosteiro de São Bento de Cástris, fundado nas proximidades de Évora e sujeito à visitação do abade de Alcobaça. As suas origens, menos documentadas, parecem apontar para uma mais tardia institucionalização (a igreja conventual só será sagrada em 1328) e para uma comunidade inicialmente modesta<sup>8</sup>. A distância face a Alcobaça e a qualquer outro mosteiro cisterciense – até à fundação de Nossa Senhora da Piedade de Tavira e de Nossa Senhora da Conceição de Portalegre, ambos habitados a partir de 1530<sup>9</sup>, Cástris é a única casa portuguesa da Ordem fundada a sul do Tejo – permitiria certamente às primeiras monjas uma maior liberdade e autonomia, patente nos próprios laços espirituais que a sua fundadora estabelece com outros cenóbios presentes em Évora, nomeadamente o de S. Domingos<sup>10</sup>.

É, aliás, nas proximidades do cenóbio dominicano de Évora, fundado cerca de 1286, que iremos encontrar, mais tarde, a já referida Rua das Emparedadas, habitada por reclusas ainda em 1433 mas que, após esta data, parece esvaziar-se de tais mulheres, apesar da permanência, até muito tarde, da primitiva designação toponímica<sup>11</sup>.

Sabemos muito pouco sobre estas reclusas, para além do que nos é dado conhecer sobre a fundadora de São Bento de Cástris, e de alguns nomes – poucos – de mulheres identificadas como vivendo em reclusão voluntária no interior da cidade<sup>12</sup>. Nada nos é dito sobre a sua origem e condição social, as suas motivações ou mesmo o tempo em que viveram reclusas em suas casas. A proteção que, aparentemente, lhes

*bajomedieval (Córdoba, siglos XIII-XVI)*. Córdoba: Asociación Hispánica de Estudios Franciscanos, 2010, p. 25-27, 86-97). Sobre a sua evolução geral, em termos peninsulares, cf. Gregoria Caveró Domínguez – Inclusa intra parietes. *La reclusión voluntaria en la España medieval*. Toulouse: Université Toulouse II-Le Mirail (Col. Méridiennes), 2010.

- 8 Sobre esta fundação, cf. Luís Miguel Rêpas – Os mosteiros cistercienses femininos em Portugal: a herança medieval. Fundações e fundadores. In Maria Isabel Viforcos Marinas e Maria Dolores Campos Sánchez-Bordona, coord. – *Fundadores, fundaciones y espacios de vida conventual: nuevas aportaciones al monacato femenino*. León: Universidad de León, 2005, p. 67-69; João Luís Inglês Fontes – Cavaleiros de Cristo, monges, frades e eremitas: um percurso pelas formas de vida religiosa em Évora durante a Idade Média (séc. XII a XV). *Lusitania Sacra*. 17 (2005), p. 45-48. Para o período moderno, cf. Antónia Fialho Conde – *Cister a sul do Tejo. O mosteiro de S. Bento de Cástris e a Congregação Autónoma de Alcobaça (1567-1776)*. Lisboa: Edições Colibri, 2009.
- 9 Cf. Bernardo Vasconcelos e Sousa, dir. – *Ordens Religiosas em Portugal. Das Origens a Trento – Guia Histórico*. Lisboa: Livros Horizonte, 2005, p. 126-127.
- 10 Cf. nota 8.
- 11 Ainda em 1483 encontramos referências à “Rua que se chama das empardeadas” (BPE, *Pergaminhos Avulsos*, pasta 14, nº 14 – 1483.05.09, Évora). Em 1579, já se atesta a mudança toponímica, quando esta rua aparece designada como Rua de Santa Marta, com o reparo de que “em tempo se chamava das empardeadas” (documento citado por Afonso de Carvalho – *Da Toponímia de Évora*. Vol. II – *Século XV*. Lisboa: Edições Colibri, 2007, p. 84-85).
- 12 Em 1301, é feito um legado a “todalas emparedeadas da vila” (BPE, *Pergaminhos Avulsos*, pasta 21, nº 46 – 1301.12.29, [Évora]); em 1331, é referida uma Maria Fernandes, emparedada, sem se precisar o lugar onde morava (ACSE, *CEC 2-I (A)*, fl. 12v – citado por Afonso de Carvalho – *ibidem*, p. 84-85); em 1382, encontramos a primeira referência à Rua das Emparedadas (BPE, *Pergaminhos Avulsos*, pasta 9, nº 10 – 1382.05.17, Évora, em traslado de 1429.11.15); em 1433, uma Maria Eanes aí levava vida reclusa (*ibidem*, pasta 13, nº 133 – 1433.01.03, Évora) e, em 1440, é dada como já falecida uma outra emparedada, Catarina Domingues, que aí morara, e cujo testamenteiro é pai de um Fr. Tomás, doutor, frade dominicano (*ibidem*, pasta 13, nº 130 – 1440.02.29, Évora). A estas junta-se a já referida Domingas Mateus, sepultada no adro da sé, segundo o livro de aniversário do cabido.

parece ser dispensada pelos Dominicanos – dada a sua proximidade do convento dos Pregadores, as ligações espirituais procuradas por algumas emparedadas com esta casa mendicante e a escolha, entre gente próxima dos frades, de alguns dos executores das suas últimas vontades – não obsta a que, entradas as primeiras décadas do século XV, a sua opção religiosa deixe de atrair novas adeptas.

Este ocaso da reclusão, que parece ocorrer também em outros núcleos urbanos do reino<sup>13</sup>, é concomitante com a emergência de outras formas não regulares de vivência religiosa feminina, de cariz sobretudo comunitário, marcadas por uma vida pobre e austera, de rigorosa fraternidade, onde a castidade se aliava à penitência e ao trabalho manual, sem excluir a caridade exercida para com os doentes e os órfãos. A pobreza voluntariamente procurada e vivida marca a forma de designação mais vulgarizada deste tipo de experiências, ao ponto de o designativo de “pobre” ser considerado como suficiente para distinguir estas mulheres e a especificidade da sua opção religiosa.

## Os homens da pobre vida

Este facto não pode deixar de evocar uma similar forma de vida conduzida, desde a segunda metade do século XIV, por grupos de eremitas que igualmente se dizem “da pobre vida” e emergem, de forma segura, na documentação a partir de 1366. Uma inquirição realizada por ordem pontifícia em 1377-78 demonstrava já a surpreendente vitalidade e expansão desse movimento eremítico. Vida pobre, solitária e austera, conduzida em locais ermos, afastados dos povoados mas capazes de assegurar a subsistência dos seus adeptos pela presença de fontes de água e de terra cultivável, mesmo que entretanto abandonada ou convertida em mato, que os eremitas trabalhavam com as suas próprias mãos e cujos recursos exploravam, associando à agricultura a criação de gado, a apicultura e alguma produção artesanal, sobretudo de colheres de pau. Por vezes solitários, estes homens podiam ainda viver em pequenos grupos de dois, três ou quatro elementos. De composição maioritariamente laical, apelidavam-se a si mesmos de *pobres*, *pobres ermitães* ou *homens da pobre vida*. Já então se encontravam espalhados pelo noroeste alentejano, com o seu epicentro na Serra de Ossa, junto à vila do Redondo e não longe da urbe episcopal de Évora<sup>14</sup>.

Definitivamente colocados sob a proteção pontifícia em 1378, estes *homens da pobre vida* juntavam-se aos novos movimentos reformistas, de cariz eremítico, muitos deles protagonizados por leigos, que aliavam a pobreza voluntária ao trabalho manual

13 Cf. nota 7.

14 Sobre a sua génese e evolução até ao assumir de uma estrutura congregacional, em finais do século xv, cf. João Luís Inglês Fontes – *Da «pobre vida» à Congregação da Serra de Ossa. Génese e institucionalização de uma experiência eremítica (1366-1510)*. Lisboa: Tese de Doutoramento em História, especialidade em História Medieval, apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, policop., 2012.

e a uma vida penitente e contemplativa. Muitos deles denunciavam a influência de ambientes espirituais marcados por um franciscanismo mais radical, por vezes mesmo dissidente, que pululava por toda a península itálica, pelo sul de França e por ambientes catalães, e cujos adeptos circulavam também por terras lusas e castelhanas desde meados do século XIV, a crer nas tradições jerónimas ligadas à figura do português Fr. Vasco, o fundador das casas jerónimas de Penha Longa e de Vale Paraíso de Córdova<sup>15</sup>. Sob o pontificado de Gregório XI (1370-1378), haviam-se ensaiado novas soluções de enquadramento destes grupos, quer pela fundação da Ordem de S. Jerónimo (1373), quer pela dispensa da proteção apostólica aos grupos eremíticos ligados a Fr. Paoluccio Trinci, incentivando a sua gradual institucionalização (1374)<sup>16</sup>. Estávamos no início da observância franciscana, que em Portugal faria a sua entrada, por via galega, em 1390<sup>17</sup>.

Os eremitas portugueses depressa alcançariam uma notável expansão, sobretudo após o advento da nova dinastia de Avis, ultrapassados já os conflitos militares com Castela e a instabilidade que eles haviam lançado também em todo o Alentejo. Os dados disponíveis atestam, por um lado, o rápido aumento de novas fundações: dos 10 eremitérios documentados em 1378 passa-se para os 24 em meados do século XV. À proteção pontifícia junta-se, quer a proteção régia, quer o favor dos concelhos em cujos termos os eremitérios se instalam e das respetivas populações, entre as quais se contam os principais benfeitores destes homens da pobre vida, que os socorrem com doações e que se recomendam às suas orações. Dos concelhos recebem igualmente importantes doações, muitas vezes a título de sesmarias, engrossando as terras confiadas ao seu cultivo e indispensáveis à sua subsistência.

Tanto o rei João I como D. Duarte se revelarão pródigos na proteção facultada a estas comunidades da pobre vida, na linha de um assumir consciente do seu papel em ordem à reforma da vida religiosa do reino que, a seu ver, passava necessariamente

15 Sobre esta figura, cf. José Adriano Freitas de Carvalho – Nas origens dos Jerónimos na Península Ibérica: do Franciscanismo à Ordem de S. Jerónimo – o itinerário de Fr. Vasco de Portugal. In *Revista da Faculdade de Letras. Línguas e Literaturas*. Porto. 2ª série, vol. I (1984), p. 11-131, necessariamente a rever em função dos novos dados trazidos por Sophie Coussemacker – *L'Ordre de Saint Jérôme en Espagne (1373-1516)*. Tomos I-IV. Paris-Nanterre: Thèse de Doctorat en Histoire Médiévale, Université de Paris X – Nanterre, policop., 1994, e João Luís Inglês Fontes – *Da «pobre vida» à Congregação da Serra de Ossa...*, p. 47-63.

16 Sobre este assunto, veja-se Mário Sensi – *Le Osservanze Francescane nell'Italia Centrale (Secoli XIV-XV)*. Roma: Collegio San Lorenzo da Brindisi – Istituto Storico dei Cappuccini, 1985; Mário Sensi – La Regola di Niccolò IV dalla Costituzione *Pericoloso* alla Bolla *Pastoralis Officii* (1298-1447). In R. Pazzelli e L. Temperini, a cura di – *La "Supra montem" di Niccolò IV (1289): genesi e diffusione di una regola. Atti del V Convegno di Studi Francescani (Ascoli Piceno, 26-27 ottobre 1987)*. Roma: Ad. Analecta T.O.R., 1988, p. 147-198; Josemaría Revuelta Somalo – *Los Jerónimos. Un orden religiosa nacida en Guadaluajara*. Guadaluajara: Institución Provincial de Cultura "Marqués de Santillana", 1982; José Sánchez Herrero – *Fundación y desarrollo de la Orden de los Jeronimos, 1360-1561. Codex Aquilarensis. Cuadernos de Investigación de Santa Maria La Real 10* (Dez. 1994), p. 63-94; Cândido dos Santos – *Os Jerónimos em Portugal. Das origens aos fins do século XVII*. Porto: INIC – Centro de História da Universidade do Porto, 1980.

17 Cf. José García Oro – Los "Frades da Prove Vida": un nuevo franciscanismo en Galicia y Portugal. In Gonzalo Fernández-Gallardo Jiménez, ed. – *Los Franciscanos Convencionales en España. Actas del II Congreso Internacional sobre el Franciscanismo en la Península Ibérica (Barcelona, 30 de marzo – 1 de abril de 2005)*. Madrid: Asociación Hispánica de Estudios Franciscanos, 2006, p. 245-274; Vítor Gomes Teixeira – *O Movimento da Observância Franciscana em Portugal (1392-1517). História, Património e Cultura de uma Experiência de Reforma Religiosa*. Porto: Centro de Estudos Franciscanos – Editorial Franciscana, 2010.

pelo apoio e tutela dos movimentos que a esse nível se pautavam por uma conduta rigorista, austera e exemplar. À concessão de privilégios diversos (de isenções fiscais a privilégios aos seus servidores e caseiros) ou à confirmação de anteriores doações, importantes para a sustentação económica destes grupos, os monarcas juntam uma intervenção mais direta em ordem a favorecer a ligação dos diversos eremitérios à Serra de Ossa e a intervenção desta sobre os restantes lugares da pobre vida, não se coibindo também de arbitrar as dificuldades que vão surgindo na sucessão do governo de alguns eremitérios após a morte dos respetivos fundadores. A presença de alguns elementos oriundos da corte régia entre os eremitas – como foi o caso de Mendo Seabra ou de Gonçalo Vasques, o capelão do *Infante Santo* – favoreceu ainda mais a ligação dos monarcas, sobretudo de D. Duarte, a estes grupos, servindo como seus intermediários na resolução dos problemas suscitados pela expansão do movimento eremítico e pelo desaparecimento gradual de muitos dos fundadores dos eremitérios.

Os monarcas prolongariam este apoio pela obtenção de diversos privilégios pontifícios que garantiam aos pobres a isenção do pagamento das dízimas eclesíásticas para as terras que lhes pertenciam ou licenças diversas ligadas com a vida litúrgica das comunidades, de extração maioritariamente laical (licenças para posse de altar portátil, para escolha de presbítero que lhes pudesse celebrar a eucaristia ou confessar, para se fazerem sepultar nos eremitérios, etc.). É pela mesma altura que se deve ter iniciado a construção de oratórios no interior dos eremitérios e se dá licença para um gradual aumento das comunidades que, por bula de Eugénio IV (1433), podiam integrar até 20 eremitas<sup>18</sup>.

## A pobre vida no feminino

É nesta fase que, em Évora, a presença de grupos de mulheres adeptas da pobre vida se torna mais visível.

Devia ser já antiga a relação entre os eremitas e grupos femininos empenhados numa vivência religiosa mais rigorosa, conduzida em casas no interior dos núcleos urbanos que lhes ficavam mais próximos. Assim o parece indicar, por exemplo, a presença do eremita Mateus Jacobo, um dos primeiros documentados na Serra de Ossa, como testemunha à doação que é feita, em 1372, a três mulheres – Joana Martins, Margarida Eanes e Maria Eanes – de umas casas em Avis. Descritas como “Mulheres pobres que sseruem deus”, recebem as casas de um Vasco Peres, que lhas doa por amor de Deus<sup>19</sup>, e que muito possivelmente é o mesmo Vasco Peres de Avis que, quatro anos depois, sabemos já ingressado na vida eremítica, também na Serra de Ossa<sup>20</sup>.

18 Cf. João Luís Inglês Fontes – *Da «pobre vida» à Congregação da Serra de Ossa...*, p. 31-130.

19 Cf. BPE, *Convento de S. Paulo da Serra de Ossa*, lv. 44, nº 20 (1372.08.01, Avis, em traslado de 1376.01.14, Evoramonte).

20 Sobre este eremita, cf. João Luís Inglês Fontes – *Da «pobre vida» à Congregação da Serra de Ossa...*, p. 468.

Mas será preciso esperar pelas primeiras décadas do século XV, passada a instabilidade das guerras com Castela e lançada definitivamente a expansão dos eremitérios, para que emerjam na documentação os primeiros grupos de mulheres da pobre vida, todas elas instaladas no interior da cidade de Évora. Os eremitas deviam visitar a cidade de Évora com alguma regularidade, para tratar de assuntos do interesse das suas comunidades, ou para colocarem os seus produtos que eram depois vendidos a retalho. Na cidade, os eremitas tinham ainda umas casas, desde 1367, onde pousavam quando tal era necessário<sup>21</sup>.

Os primeiros indícios da presença de mulheres pobres ou beatas remontam ao segundo quartel do século XV: em 1427, há notícias de uma Constança, “a pobre”, que morava junto da igreja de S. Pedro<sup>22</sup>, possivelmente a mesma que se viria a fazer sepultar na catedral eborense; em 1438, já Beatriz Galvoa vivia com a sua irmã, Inês Galvoa, e com Beatriz de Elvas numas casas na Rua de Machede, pressupondo-se que o fizessem já há algum tempo<sup>23</sup>; em 1439, encontramos também uma Beatriz Rodrigues, que parece levar vida pobre sem outras companheiras, numas casas com seu quintal, sitas na Rua da Palmeira<sup>24</sup>.

A presença de mulheres da pobre vida na urbe devia ser, ainda assim, anterior. No caso de Beatriz Rodrigues, o testamento que redige em 1439 atesta as ligações já antigas que cultivava com os eremitas estantes na Serra de Portel, que retrocediam ao tempo de Vasco, *o pobre*, fundador desse lugar cerca de 1405 e que deve ter falecido pouco depois de 1423<sup>25</sup>. Por seu lado, no testamento que a sua homónima, fundadora da casa das Galvoas, redige, em 1461, aparece bem explícita a memória de um percurso de iniciação na pobre vida, pela repetida evocação do exemplo fundante da “doutrina

21 Cf. BPE, *Convento de S. Paulo da Serra de Ossa*, lv. 44, nº 20 (1367.01.10, Évora, em traslado de 1376.01.14, Evoramonte). Em 1444, eram já três as casas que a comunidade da Serra de Ossa trazia em Évora, sabendo-se que também os eremitas de Vale da Infante, Montemuro, Rio Mourinho e Santa Margarida do Aivado possuíam casas na urbe (cf. João Luís Inglês Fontes – *Da «pobre vida»...*, nota 199, p. 190-191).

22 Cf. BPE, *Pergaminhos Avulsos*, pasta 3, nº 55 (1427.07.30, Évora).

23 Nessa data, Mem Gonçalves, escudeiro, e Mor Vasques Galvoa, moradores e vizinhos da cidade de Évora, doam a Beatriz e a Inês Galvoa, suas filhas, e a Beatriz de Elvas, sua parceira, “todas tres pobres e Seruas do senhor deus”, umas casas, situadas na Rua de Machede, junto à Porta de Moura, onde as três já levavam vida pobre, com consentimento deles, doadores. Na mesma doação, reconheciam como as mesmas mulheres tinham já despendido os seus bens na reparação das ditas casas e tomado “gram trabalho em seus corpos em Seruir em ellas” (BPE, *Convento de Nossa Senhora do Espinheiro de Évora*, lv. 7, doc. 41 – 1438.04.04, Évora). Sobre esta comunidade, cf. João Luís Inglês Fontes – *A pobre vida no feminino: o caso das Galvoas de Évora*. In Ana Isabel Buescu, João Silva de Sousa e Maria Adelaide Miranda, coord. – *O Corpo e o Gesto na Civilização Medieval. Actas do Encontro (11-13 de Novembro de 2003)*. Lisboa: Edições Colibri, 2005, p. 157-178.

24 Cf. BPE, *Convento de S. Paulo de Portel*, lv. 1, nº 27 (1439.01.12, Évora). Trata-se do seu primeiro testamento, pelo qual faz seu testamenteiro e herdeiro um Álvaro “pobre”, eremita em Água das Infantes, na Serra de Portel. A referência à localização das suas casas encontra-se no seu segundo testamento, redigido no ano seguinte (*ibidem*, lv. 1, nº 44 – 1440.09.01, Évora). Em nenhum deles se refere a quaisquer companheiras que consigo vivam nas ditas casas. Sobre os eremitas Álvaro e Vasco, cf. João Luís Inglês Fontes – *Da «pobre vida» à Congregação da Serra de Ossa...*, p. 229-231 e 460-461.

25 Cf. nota anterior. Sobre os eremitas Álvaro e Vasco, cf. João Luís Inglês Fontes – *Da «pobre vida» à Congregação da Serra de Ossa...*, p. 229-231 e 460-461.

daquelas que nos ensinaram”<sup>26</sup>. Nada é dito sobre quem seriam estas mulheres. Mas, tal como para os primeiros eremitas, que por vezes se reportam a outros pobres com quem aprenderam o caminho da pobre vida, também aqui a iniciação nesta opção religiosa implica uma transmissão, uma linhagem espiritual que, infelizmente, a documentação não permite precisar<sup>27</sup>.

Do testamento da mesma Beatriz Galvoa colhemos ainda importantes informes sobre a vida destes grupos. Testemunhando na primeira pessoa uma opção religiosa assumida como uma vocação, um chamamento – Beatriz afirma-se como aquela que “ao presente pella misericórdia de deus tenho carego e amenistraçam destas Jrmãas e pobres que viuem na Rua de Machede desta çidade d euora” –, a regedora da comunidade depressa ultrapassa as determinações sobre o destino a dar ao seu corpo para deixar por escrito um conjunto de normas que deviam definir e preservar o modo de vida das pobres suas irmãs.

Aquilo que já suspeitávamos ao ler os livros de aniversários da sé eborense ganha aqui um reforçado sentido, face à afirmação, perentória, da sujeição da comunidade à jurisdição do bispo da cidade: “a nossa obediência e Jurdiçam nom perteençe saluo ao bispo e seus saçardotes”. A esta luz, a escolha da sé eborense como lugar de sepultura por parte de muitas destas mulheres acabava por afirmar e prolongar simbolicamente esta obediência face ao prelado. A proximidade da pia batismal não podia senão sinalizar uma opção que se pretendia um regresso às origens, numa radical fraternidade que tinha no batismo a sua raiz e fundamento<sup>28</sup>.

Esta ligação podia ainda prolongar-se em relações de cariz confraternal, sendo sintomático que, em 1469, uma destas pobres, Margarida Eanes, juntamente com uma Catarina Rodrigues, sua criada, apareçam explicitamente referidas entre os membros da Confraria de Santa Maria da Sé de Évora, à qual pertenciam também os cônegos e dignidades capitulares, bacharéis, capelães, raçoeiros e numerosos leigos<sup>29</sup>.

Tal vinculação ao bispo e ao clero diocesano era também um garante para a autonomia desta forma de vida feminina, conscientemente assumida como distinta face às propostas regulares oriundas das Ordens aprovadas pela Igreja. Beatriz Galvoa acautela as irmãs contra os perigos de introduzirem na comunidade “outros Relegiosos” que “sempre querem obrar algũas Ennouaçoes que perteençem a sua hordem e nom ao costume das pobres”. É ao confessor (sempre diocesano) e aos eremitas da Serra de Ossa que se confia o grupo, cabendo a estes últimos conservar a casa em caso de

26 O testamento foi iniciado a 22 de julho de 1461 e dado por concluído a 31 de julho do mesmo ano, conservando-se em traslado pedido pela irmã, Inês Galvoa, a 18 de outubro de 1471 (BPE, *Convento de Nossa Senhora do Carmo de Évora*, lv. 10, fl. 334; publicado in João Luís Inglês Fontes – *A pobre vida no feminino: o caso das Galvoas de Évora*, p. 175-178).

27 Sobre este assunto, cf. João Luís Inglês Fontes – *Da «pobre vida» à Congregação da Serra de Ossa...*, p. 72-77.

28 Beatriz Galvoa segue o mesmo costume, ao determinar que o seu corpo “se enterre na see desta çidade com as outras pobres açerca da pia do bautizar” (João Luís Inglês Fontes – *A pobre vida no feminino: o caso das Galvoas de Évora*, p. 175).

29 Cf. ACSE, *CEC 5-XV*, fls. 13-13v.

extinção da comunidade, até que de novo se pudesse povoar de mulheres pobres. Era também do consenso entre as pobres, o seu confessor e os eremitas da Serra de Ossa que devia resultar a decisão de escolher a nova regedora que deveria presidir aos destinos da comunidade<sup>30</sup>.

Tal como os eremitas, também elas buscam uma vida de radical fraternidade e de pobreza, excluindo-se a possibilidade de se criarem moças leigas para serviço das irmãs e obrigando-se todas ao trabalho manual e ao serviço da casa. A estes acrescia a prática da caridade, pelo acolhimento, atestado para o caso das Galvoas, de alguns doentes e de raparigas órfãs. Beatriz Galvoa é igualmente clara no cuidado a ter na admissão de candidatas à pobre vida, evitando-se tanto as viúvas como as mulheres de linhagem, pela sua dificuldade em aceitarem o seu modo de vida e se desligarem de hábitos mundanos, e mulheres de percurso mais duvidoso ou homiziadas, pelo escândalo que podia advir da sua conversação<sup>31</sup>.

O seu testamento mostra também como se opera o desenvolvimento orgânico da comunidade, a partir de um pequeno grupo – Beatriz Galvoa, Inês Galvoa, sua irmã e uma terceira companheira, Beatriz de Elvas – que se instala nas casas que os pais das duas primeiras detinham na cidade, na Rua de Machede, cuja exiguidade não admitia mais do que quatro habitantes<sup>32</sup>. O aumento da comunidade, com as doações trazidas pelas novas irmãs, terá permitido a aquisição de outras casas contíguas<sup>33</sup> e a ampliação das instalações disponíveis, apoiada por importantes benfeitores<sup>34</sup> e que as próprias pobres, com o trabalho das suas mãos, acabariam por ajustar às necessidades do grupo<sup>35</sup>. Contudo, Beatriz Galvoa determinava que a comunidade permanecesse pequena, com não mais do que seis elementos, preservando assim a sua radical fraternidade e evitando a necessidade de um excessivo suporte patrimonial para a subsistência do grupo<sup>36</sup>.

O avançar da centúria atesta a multiplicação deste tipo de experiências no interior da cidade de Évora. Assim, sabemos da presença de beatas junto à igreja de S. Mamede,

30 João Luís Inglês Fontes – *A pobre vida no feminino: o caso das Galvoas de Évora*, p. 160-162, 177.

31 Cf. *ibidem*, p. 167-168, 176-178.

32 Assim o refere o instrumento pelo qual os pais de Beatriz e Inês Galvoa lhes doam as ditas casas, em 1438 (cf. nota 23).

33 Tal facto, testemunhado pela doação acima referida e pelo testamento de Beatriz (cf. João Luís Inglês Fontes – *A pobre vida no feminino...*, p. 176), é comprovado pela documentação: em 1457, Beatriz e Inês Galvoa, em nome de toda a comunidade, aforam da igreja de Santo Antão de Évora um quintal, contíguo às suas casas, sito na Rua de Mendo Esteves, com a possibilidade de nele fazerem o que lhes aprouver (BPE, *Convento de Nossa Senhora do Paraíso de Évora*, lv. 94, nº 60 – 1457.04.01, Évora)

34 Em 1459, as pobres solicitam à edilidade eborense que possam fazer “hũa sacada das suas casas pera a Rua de meend esteuez e tomar da dicta Rua a caram das dictas suas casas hũa uara de medir pano em largo e majs nom em que possam fazer hũa casinha naquella altura que lhe per elles he deuisada em altura de hũu homem E a çarrar com as dictas ssuas casas porquanto acharom que esto nom fazia noJo aa serujdam da dicta Rua nem perJuizo algũu aos uzinhos della”. O pedido é aceite, referindo-se expressamente o apoio dado a este pedido por D. Guiomar de Abreu, filha de Nuno Martins da Silveira (*ibidem*, lv. 94, nº 38 – 1459.06.02, Évora).

35 Assim o refere a própria Beatriz Galvoa, no seu testamento (cf. João Luís Inglês Fontes – *A pobre vida no feminino: o caso das Galvoas de Évora*, p. 176).

36 Cf. *A pobre vida...*, p. 163, 176.

aí documentadas desde 1457<sup>37</sup>. Os dados existentes não são claros sobre a existência de uma única comunidade nesse local ou de vários beatérios. Com efeito, em 1472, encontramos referências a uma casa de Inês de Brito, integrada entre as pobres de S. Mamede e agraciada no testamento de Luís Lourenço, outrora prioste do cabido da sé de Évora, com duzentos reais<sup>38</sup>. Mas, na mesma altura, nas imediações da mesma igreja, um outro grupo de pobres, ditas de Beatriz de Melo, já aparece documentado em 1467, numa carta régia de privilégio concedida a um lavrador e um almocreve que viessem a estar ao serviço da comunidade<sup>39</sup>. Em 1475, de novo em carta régia de privilégio dada a um seu caseiro, são ditas como vivendo “em congregação honestamente” na “cassa que foy de briatiz de mello”<sup>40</sup>. Beatriz de Melo deveria aqui surgir como uma importante protetora, dadas as suas ligações à corte régia – fora donzela da rainha D. Filipa de Lencastre – e o facto de ter encaminhado para estas mulheres algumas propriedades que pertenciam ao seu património e as próprias casas onde levavam pobre vida<sup>41</sup>. Não é, contudo, seguro que tenha ingressado na comunidade<sup>42</sup>, podendo tratar-se apenas de uma importante senhora leiga que funda, sustenta e protege a comunidade sem com isso fazer a mesma opção de vida. Parece orientar-se nesse

37 Nesse ano, encontramos a primeira referência a uma Maria Esteves, “a pobre”, que possuía uma vinha no termo da cidade, no caminho para Evoramonte (BPE, *Pergaminhos Avulsos*, pasta 3, nº 74 – 1457.10.27, Évora) e que sabemos morar no bairro de São Mamede (cf. *Pergaminhos Avulsos*, pasta 3, nº 105 – 1474.09.06, Évora).

38 ACSE, *CEC 3-VII a*, fls. 305-315v (testamento de 1472.11.27, em instrumento de 1476.01.23, inserto em traslado de 1573.02.27).

39 Assim aparecem referidas em 1467 – “as beatas que estam Junto com sam nemedo [sic] na cassa que foy de estar briatiz de mello a que deus perdoe” – pressupondo já a morte da sua fundadora ou protectora. Cf. TT, *Chancelaria de D. João II*, lv. 10, fls. 65v-66 – 1467.04.15, Évora, em confirmação de 1491.03.28, Évora; publicado em *Documentos Históricos da Cidade de Évora*. Ed. Gabriel Pereira. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1998 (ed fac-similada), parte II, doc. XLVIII, p. 103 [315].

40 Cf. TT, *Chancelaria de D. Afonso V*, lv. 30, fl. 177v – 1475.03.10, Évora; TT, *Chancelaria de D. João II*, lv. 10, fls. 65-65v – em confirmação de 1491.03.28, Évora.

41 Maria Ângela Beirante relaciona Beatriz de Melo com a linhagem que virá a fundar, em 1485, o convento Ióio de S. João Evangelista de Évora, sem dar outros pormenores (cf. Maria Ângela Rocha Beirante – *Évora na Idade Média*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian – JNICT, 1995, p. 529-530). Beatriz de Melo surge referida em 1435 como moradora em Évora e outrora “donzela” da rainha D. Filipa de Lencastre, “molher filha d algo”, com herdades em Ouriola e no Divor, no termo de Arraiolos, cujos caseiros o rei privilegia (cf. *Chancelarias Portuguesas. D. Duarte*. Organização e revisão geral por João José Alves Dias. Vol. III (1433-1435). Lisboa: Centro de Estudos Históricos da Universidade Nova de Lisboa, 2002, doc. 383, p. 266 – 1435.02.25, Évora; sobre a sua pertença à casa da rainha, cf. Rita Costa Gomes – *A Cortes dos Reis de Portugal no final da Idade Média*. Carnaxide: Difel, 1995, p. 52; Manuela Santos Silva – *Filipa de Lencastre. A rainha inglesa de Portugal*. Lisboa: Círculo de Leitores, 2012, p. 186). Em 1452, mantinha-se como moradora em Évora, embora nada seja dito sobre um seu eventual ingresso na pobre vida (TT, *Leitura Nova, Odiana*, lv. 3, fl. 195v – 1452.06.17, Évora). Mas a carta régia então emitida reporta-se ao privilégio concedido ao lavrador da sua herdade “do cume de duram caminho d ouriolla”, herdade que, em 1475, aparece na posse das pobres instaladas junto a S. Mamede, “na cassa que foy de briatiz de mello” (TT, *Chancelaria de D. Afonso V*, lv. 30, fl. 177v – 1475.03.10, Évora; TT, *Chancelaria de D. João II*, lv. 10, fls. 65-65v – em confirmação de 1491.03.28, Évora).

42 Nenhuma das cartas régias de privilégio que lhe são outorgadas em 1435 e 1452 a referem como tendo ingressado na pobre vida. Os primeiros diplomas outorgados à comunidade pelos monarcas, todos eles posteriores à morte de Beatriz de Melo, identificam as casas onde as pobres viviam com as casas “feitas”, “de estar” ou “que foram” da dita senhora, sem contudo explicitarem (nem excluir, é certo), a sua entrada na comunidade.

sentido o modo como, em 1496, D. Manuel apresenta a comunidade: “as proues do oratório que fez britiz de melo na nossa cidade d euora a sam mamede”<sup>43</sup>.

O contrário terá acontecido com uma outra mulher, uma certa D. Guiomar, que Beatriz Galvoa, em 1461, aponta, no seu testamento, como um exemplo, a se ver excecional, de uma mulher de linhagem que se soubera ajustar às exigências da pobre vida<sup>44</sup>. Maria Ângela Beirante identifica-a com D. Guiomar de Abreu, filha de Nuno Martins da Silveira, cavaleiro, membro do conselho régio e escrivão da puridade de D. Duarte, e de Leonor Gonçalves de Abreu<sup>45</sup>. Com estreitíssimas relações com a corte régia, na qual voltaria a vingar após Alfarrobeira, Nuno Martins da Silveira tinha ainda, por via da sua ascendência familiar (quer dos Silveiras, quer dos de Aguiar e dos Pestana), uma consolidada presença e influência sobre a cidade de Évora, onde possuía casas próprias, com sua torre, e na qual fundara capela e morgado, ainda em 1431, ligados ao convento dominicano da cidade<sup>46</sup>. Conhecem-se também as suas relações com alguns círculos mais reformistas e inclusive com os eremitas da Serra de Ossa, onde contava com um seu familiar, Gonçalo da Silveira, ingressado na pobre vida c. 1409, junto a São Brissos de Xarrama, no termo de Alcáçovas, e de quem fora constituído como final destinatário dos seus bens, em 1431. Este Gonçalo vingaria na pobre vida, na qual viria a falecer, pouco antes de 1450, então retirado num eremitério junto a Viana do Alentejo<sup>47</sup>, antecedendo em apenas alguns anos a morte do próprio Nuno Martins da Silveira, ocorrida em princípios de 1454. É igualmente de assinalar a atração do primogénito de Nuno Martins, igualmente chamado de Gonçalo da Silveira, pela observância franciscana, na qual acabaria por ingressar, apesar da violenta oposição do pai, pouco antes da sua morte, ocorrida em Agosto de 1442<sup>48</sup>.

D. Guiomar de Abreu partilharia da proximidade a estes grupos mais reformistas e radicais. Em 1459, é ela quem aparece a interceder, junto da edilidade eborense, no sentido de apoiar o pedido de Beatriz e Inês Galvoa e das suas parceiras para se poderem fazer algumas alterações urbanísticas úteis à comunidade<sup>49</sup>. Nada é dito, nessa

43 TT, *Chancelaria de D. Manuel I*, lv. 43, fl. 4 (1496.05.10, Setúbal) e *Leitura Nova, Odiana*, lv. 5, fl. 150. Publ. por F. M. de Sousa Viterbo – *Dicionário histórico e documental dos arquitectos, engenheiros e construtores portugueses*. Vol. III. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1988, p. 440-441.

44 Cf. João Luís Inglês Fontes – *A pobre vida no feminino...*, p. 176.

45 Maria Ângela Rocha Beirante – *Évora na Idade Média*, p. 533.

46 Cf. Maria Ângela Rocha Beirante – *Évora na Idade Média*, p. 526-528. Sobre o seu percurso, cf. Humberto Baquero Moreno – *A Batalha de Alfarrobeira. Antecedentes e significado histórico*. 2ª edição. Vol. II. Coimbra: Biblioteca Geral da Universidade, 1980, p. 962-966. Sobre a capela por ele fundada em S. Domingos de Évora, ver ainda Maria Ângela Rocha Beirante – *Capelas de Évora*. In *Territórios do Sagrado. Crenças e Comportamentos na Idade Média em Portugal*. Lisboa: Ed. Colibri, 2011, p. 35-60; Maria de Lurdes Rosa – *O Morgadio em Portugal (sécs. XIV-XV)*. Lisboa: Ed. Estampa, 1995, p. 132-156.

47 Sobre este eremita, cf. João Luís Inglês Fontes – *Da «pobre vida» à Congregação da Serra de Ossa...*, p. 308-311.

48 Sobre este Gonçalo da Silveira, irmão de D. Guiomar de Abreu, cf. Maria de Lurdes Rosa – *O morgadio em Portugal...*, p. 148-156; Maria de Lurdes Rosa – *A religião no século: vivências e devoções dos leigos*. In Carlos A. Moreira Azevedo (dir) – *História Religiosa de Portugal*. Vol. I. Coord. de Ana Maria C. M. Jorge e Ana Maria S. A. Rodrigues. Lisboa: Círculo de Leitores – CEHR da UCP, 2000, p. 498-501.

49 Cf. nota 34.

ocasião, sobre o seu eventual ingresso na pobre vida que, a não ter ainda acontecido, viria a consumir-se pouco depois, dado o elogio que, apenas dois anos volvidos, a própria Beatriz Galvoa lhe faz no seu testamento, exaltando a humildade e capacidade de adaptação por ela manifestadas, apesar da sua elevada linhagem, às exigências decorrentes desta opção religiosa.

D. Guiomar junta-se ao grupo de mulheres pobres que se havia instalado perto do convento de S. Domingos, na Rua das Adegas, paralela à antiga Rua das Emparedadas<sup>50</sup>. Em 1471, é em referência a D. Guiomar que este beatério aparece individualizado<sup>51</sup> e, em 1477, já falecida esta sua ilustre habitante, ainda se nomeiam estas pobres como “das casas de dona gujumar d abreu que deus aJa”<sup>52</sup>. O teor destas referências parece reforçar, de novo, o papel possivelmente fundador ou de patrocínio assumido por D. Guiomar de Abreu face a esta comunidade, onde acabaria por ingressar.

Mas, em 1477, já o grupo aparece dirigido por uma outra mulher, Maria da Fonseca, que, a aceitar a possibilidade da fundação da casa por D. Guiomar, deve ter sido uma das suas parceiras da primeira hora, pois sabemos-la já ingressada na pobre vida em 1472<sup>53</sup>. Filha de Álvaro Gonçalves da Fonseca, o primeiro administrador legítimo do morgado do Esporão, e de Catarina Ribeira<sup>54</sup>, deve ter desempenhado um importante papel na consolidação do beatério, conhecendo-se a cuidada estratégia aquisitiva por ela desenvolvida em ordem à ampliação do espaço disponível para a comunidade<sup>55</sup> e ao reforço do património da casa<sup>56</sup>. É sintomática a decisão, tomada em 1485, de fazer redigir um instrumento pelo qual Maria da Fonseca, com as restantes pobres aí residentes – no total, seis mulheres – se faziam mutuamente herdeiras de todos os

50 É precisamente como “proues de dona gujumar” que este grupo aparece designado, em 1471, entre as confrontações de certas casas situadas na Rua das Adegas, pertencentes ao Hospital de S. Gião (cf. Arquivo Distrital de Évora, *Arquivo da Santa Casa da Misericórdia de Évora*, cód. 63, fl. 39v – 1471.09.24, Évora). Para a identificação desta rua, cf. Afonso de Carvalho – *Da Toponímia de Évora*. Vol. I – *Dos meados do século XII a finais do século XIV*. Lisboa: Ed. Colibri, 2004, p. 116-118.

51 Cf. nota anterior.

52 Cf. Arquivo Distrital de Évora, *Arquivo da Santa Casa da Misericórdia de Évora*, cód. 65, fls. 35-35v – 1477.10.25, Évora.

53 Cf. BPE, *Convento de Santa Catarina de Sena de Évora*, lv. 85, nº 27 (1472.08.31, Évora).

54 Conhecemos a sua família com base numa carta de partilhas, celebrada a 31 de agosto de 1472, a propósito da herança recebida de seus pais, Álvaro [Gonçalves] da Fonseca e Catarina Ribeiro. Os bens são repartidos entre Maria da Fonseca, à data já ingressada na pobre vida, Isabel da Fonseca, sua irmã, casada com Fernão Martins de Paiva, e Leonor Ribeiro, também sua irmã, casada com Álvaro Mendes de Vasconcelos (BPE, *Convento de Santa Catarina de Sena de Évora*, lv. 85, nº 27). Sobre Álvaro Gonçalves da Fonseca, cf. Anselmo Braamcamp Freire – *Brasões da Sala de Sintra*. Vol. I. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1996, p. 384-385. Sobre o morgado do Esporão, instituído por Teresa Eanes da Fonseca em 1427, cf. José Pires Gonçalves – A “defesa” e solar do Esporão, no termo de Monsaraz. *A Cidade de Évora*. Ano XXXII, nº 58 (Jan.-Dez. 1975), p. 27-81; Maria de Lurdes Rosa – *O Morgadio em Portugal...*, p. 54, 59, 193, 224-226.

55 Em 1479, empraza da igreja de Santiago de Évora uma casa e celeiro sitos na Rua das Emparedadas, confrontantes com uma adega que Maria da Fonseca trazia de foro da mesma igreja, certamente já como ampliação das dependências do seu beatério (BPE, *Pergaminhos Avulsos*, pasta 11, nº 69 – 1479.02.20, Évora); no mesmo ano, adquirem umas casas confrontantes com as suas, com foro devido ao hospital de S. Gião (Arquivo Distrital de Évora, *Arquivo da Santa Casa da Misericórdia de Évora*, cód. 63, fls. 49v-50 – 1479.10.13, Évora).

56 Em 1477, compram aos frades de S. Domingos de Évora dois ferrajiais, sitos entre os caminhos de Avis e Arraiolos, com o seu foro devido à gafaria da cidade (Arquivo Distrital de Évora, *Arquivo da Santa Casa da Misericórdia de Évora*, cód. 65, fls. 35-35v – 1477.10.25, Évora)

bens, móveis e de raiz, até aí adquiridos pelo grupo, como “Jrmãs estprituaaees com que Juntamente em comunjdade vjuem E as outras que despos ellas vierem”<sup>57</sup>.

Encontramos ainda outros pequenos beatérios referidos nestas últimas décadas do século XV na cidade de Évora, dos quais estamos menos informados. Assim, na Rua do Cervato, outras pobres aparecem referidas desde 1484<sup>58</sup>. Junto ao Hospital do Espírito Santo encontramos documentadas diversas mulheres pobres desde 1475<sup>59</sup> e, em 1495, encontramos referida uma travessa, dita “das pobres”, que partia da Rua do Santo Espírito<sup>60</sup>. D. João II coloca estas “pobres que estam no oratorjo açerqua do esprital de ssanto esprito desta Çidade d euora” sob protecção régia, em 1490, determinando que, “por asij serem boas pessoas e viuerem onestamente e bem”, “as honrrem traudem e favoreçam”<sup>61</sup>. Possivelmente, trata-se das mesmas mulheres que, volvida uma década, aparecem referidas como as “pobres do poço do beicudo”<sup>62</sup>, topónimo que as situa nas proximidades da dita albergaria<sup>63</sup>.

Outros casos, mais individualizados, pontuam a documentação, sem que possamos determinar a sua ligação a algum dos núcleos anteriormente referidos. É o caso, por exemplo, de uma Isabel de Sá, “da pobre vida” que, em 1491, empraza dos bacharéis da Sé umas casas na Rua da Freiria, com o encargo de nelas fazer as necessárias melhorias<sup>64</sup>, aí permanecendo ainda em 1496<sup>65</sup>. Uma outra mulher, Catarina, levava pobre vida numas casas na Rua de Santa Maria, em 1475<sup>66</sup>, não se sabendo se corresponderá a uma Catarina Lopes que, em 1500, é dita “mulher da pobre vida” e residente na Rua dos Touros<sup>67</sup>.

Das expressões claramente comunitárias às iniciativas aparentemente mais individuais, a pobre vida no feminino atinge assim o seu auge, em Évora, nas décadas de 60 e 70 do século XV. Neste movimento, é notório o envolvimento de um número significativo de mulheres, oriundas de importantes e prestigiadas famílias com fortes ligações tanto à urbe como à Corte e ao serviço régios, traduzido no patrocínio dispensado às novas comunidades femininas apostadas nesta opção religiosa, e que pode ou não ser secundado pelo seu próprio ingresso nestes grupos. Em todo o caso, há, também aqui, uma clara assunção de um protagonismo feminino que importa realçar.

57 Cf. BPE, *Convento de Santa Catarina de Sena*, lv. 86, nº 5 (1485.03.09, Évora).

58 Cf. Arquivo Distrital de Évora, *Arquivo da Santa Casa da Misericórdia de Évora*, cód. 64, fls. 42-42v – 1484.08.25, Évora.

59 Nesse ano, residia na Rua do Espírito Santo uma Inês Lopes, “pobre emparedada” (ACSE, *CEC 6-VIII*, fl. 27 – 1475.06.21, Évora).

60 Cf. ACSE, *CEC 6-VIII*, fls. 126-126v (1495.05.08, Évora).

61 TT, *Chancelaria de D. João II*, lv. 12, fl. 154 (1490.03.01, Évora).

62 Cf. BPE, *Pergaminhos Avulsos*, pasta 5, nº 73 (1500.03.21, Évora).

63 Cf. Afonso de Carvalho – *Da Toponímia de Évora*. Vol. 1 – *Dos meados do século XII a finais do século XIV*, p. 255-257.

64 ACSE, *Pergaminhos dos Bacharéis*, pasta 3, nº 275 (1491.07.29, Évora).

65 Deve ser a ela que se referem umas confrontações de casas que o rei tinha na alcáçova da dita cidade, e que partiam de um dos lados com “Jsabell a proue” (TT, *Leitura Nova, Odiana*, lv. 5, fl. 221 – 1496.08.01, Alcochete).

66 ACSE, *CEC 6-VIII*, fls. 31-31v (1475.03.09, Évora).

67 ACSE, *Pergaminhos dos Bacharéis*, pasta 4, nº 288 (1500.01.17, Évora).

O nascimento e desenvolvimento destas experiências femininas acontecem claramente sob a influência do movimento eremítico masculino que, da Serra de Ossa, depressa se estendeu por todo o Alentejo, com *provenças* – assim designavam os lugares onde levavam *pobre vida* – fundadas no termo de Évora e uma rede de casas, erigidas no interior dos núcleos urbanos, onde podiam pernoitar sempre que necessitassem. Para um número significativo destas adeptas da pobre vida, as ligações espirituais com estes homens e com o prelado diocesano eram o meio de salvaguardar a autonomia da sua forma de vida da influência normalizadora das ordens religiosas instituídas. Mas muitas outras, possivelmente, bebem desse ambiente espiritual propício a uma vida penitente e pobre, sem com isso excluírem outras vinculações espirituais. A diversidade de situações e localizações deve alertar-nos também para a possibilidade de acentuações e sensibilidades diferenciadas entre estas comunidades.

Aliás, o fenómeno estava longe de se circunscrever à cidade de Évora e à mera área de influência dos eremitas, atestando um movimento religioso feminino bem vivo e que se diversifica e expande à medida que avançamos no século XV. A vulgarização das designações (“pobres”, “beatas”, “mulheres que servem a Deus”) acompanha os grupos de mulheres religiosas que se documentam, por exemplo, tanto em outras vilas do sul (em Alcácer do Sal em 1465<sup>68</sup>; em Elvas em 1478<sup>69</sup>; possivelmente em Palmela já nos primeiros anos de Quinhentos<sup>70</sup>) como em núcleos urbanos que vão da cidade de Lisboa<sup>71</sup> ao Minho<sup>72</sup>,

68 Nessa data, encontramos já referência a umas “casas das proues” situada nas imediações do paço do administrador da Ordem, no interior do castelo (BPE, *Col. Manizola*, cód. 595, fl. 26). As mesmas surgem de novo referidas em 1489 (cf. Arquivo Nacional / Torre do Tombo – doravante TT, *Mesa da Consciência e Ordens*, maço 2, nº 59). Sobre estas pobres, ver ainda Maria Teresa Lopes Pereira – *Alcácer do Sal na Idade Média*. Lisboa: Ed. Colibri – Câmara Municipal de Alcácer do Sal, 2000, p. 65 (nt. 56), 72, 77.

69 A comunidade de Elvas, dita de “beatas”, aparece liderada, nesta data, por uma Beatriz Rodrigues, a quem é deixada, em testamento, uma quantia em dinheiro para ajuda na aquisição de um cálice, certamente com fins litúrgicos (Arquivo Municipal de Coimbra, *Pergaminhos de Elvas*, nº 21 – 1478.03.09, Elvas). Em 1489, num outro testamento, é Inês Afonso, viúva de Rui da Gama, moradora em Elvas, quem deixa 200 reais a uma Leonor Lopes, “beata” (Biblioteca Municipal de Elvas, *Pergaminhos da Colegiada de Santa Maria da Alcáçova de Elvas*, nº 35 – 1489.05.06, Elvas). É possível que estas mulheres habitassem em casas no alto bairro da alcáçova da vila, onde, em inícios do século XVI, se atesta a existência de uma “Rua das Beatas” e que tem sido relacionada com o estabelecimento do mosteiro dominicano feminino em início dessa centúria (cf. Fernando Branco Correia – *Elvas na Idade Média*. Lisboa: Ed. Colibri – CIDEHUS-Universidade de Évora, 2013, p. 335). A fundação desse cenóbio, dedicado a Nossa Senhora da Consolação, data de 1528, é relacionada pela cronística da Ordem com um grupo de beatas, que se teria conventualizado após uma fase intermédia de semi-institucionalização como terceiras dominicanas, muito à semelhança, como veremos, do que acontece com várias das comunidades de mulheres pobres de Évora (cf. Bernardo Vasconcelos e Sousa, dir. – *Ordens religiosas em Portugal...*, p. 401).

70 No tombo dos bens detidos pela Ordem de Santiago na vila e seu termo, aparece referida uma Leonor Peres, “beguina”, como foreira à milícia de umas terras de pão, sendo provável que residisse nessa vila (cf. Cristina Paula Vinagre Alves – *A propriedade da Ordem de Santiago em Palmela. As visitas de 1510 e 1534*. Palmela: Câmara Municipal de Palmela – Gabinete de Estudos sobre a Ordem de Santiago, 2011, p. 176; João Costa – Elementos de religiosidade em Palmela a partir do códice da visita da Ordem de Santiago de 1510. In Isabel Cristina F. Fernandes, coord. – *As Ordens Militares: Freires, Guerreiros, Cavaleiros. Actas do VI Encontro sobre Ordens Militares, 10 a 14 de Março de 2010*. Vol. I. Palmela: Município de Palmela – GEsOS, 2012, p. 319-320).

71 Cf. João Luís Inglês Fontes – Reclusão, eremitismo e espaço urbano: o exemplo de Lisboa na Idade Média, p. 268-272.

72 Veja-se o exemplo do oratório fundado pela duquesa de Bragança junto às muralhas de Guimarães, dedicado à Santa Vera Cruz, onde, em 1456, “estauam seis ou sete mulheres proues”, que a mesma sustentava com os seus bens (TT, *Chancelaria de D. Afonso V*, lv. 13, fl. 141 – 1456.05.22, Lisboa. Publ. por F. M. de Sousa Viterbo – *Dicionário histórico e documental dos arquitectos, engenheiros e construtores portugueses*. Vol. II. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1988, p. 505). Também em Valença

acentuando, em todo o caso, uma clara tendência para a comunitarização deste tipo de experiências.

Seja como for, parece clara a grande proximidade da evolução documentada em Évora com outras cidades, tanto portuguesas como castelhanas<sup>73</sup>, no que respeita ao aparecimento e diversificação destas formas de vida religiosa feminina não regulares, ao longo de toda a primeira metade do século XV, num processo que parece atingir o seu auge nas décadas centrais da centúria.

## A caminho da conventualização

As décadas finais do século XV marcam, neste contexto de vitalidade e diversidade das experiências religiosas femininas que exemplarmente se documenta em Évora, o tempo da sua gradual institucionalização, que acabaria por desembocar na definitiva conventualização de muitos destes grupos. Tal como nas comunidades masculinas da pobre vida, também entre estes grupos femininos se denotam claras transformações após a morte das respetivas fundadoras, seja nas cedências face à pobreza, pela aceitação de doações ou pela aquisição de bens em ordem ao reforço da base patrimonial de comunidades em crescimento, seja na eventual aceitação, entre as suas fileiras, de mulheres provenientes de famílias mais abastadas que trazem para o interior das comunidades outro tipo de aspirações. Os dados anteriormente apresentados parecem corroborar esta tendência, face ao crescente envolvimento de mulheres de linhagem na fundação e patrocínio de novas comunidades femininas da pobre vida. Por outro lado, as informações disponíveis para o grupo das Galvoas de Évora e as já apresentadas para a liderança desenvolvida por Maria da Fonseca à frente das pobres da casa de D. Guiomar apontam para essa inflexão na observância rigorosa da pobreza por parte destes grupos em favor de uma maior consolidação da sua base patrimonial de sustento<sup>74</sup>.

O próprio ambiente que, em finais do século XV, envolve estas comunidades, mostra-se cada vez mais propício a uma rápida conventualização. Por um lado, conhecem-se hoje melhor os problemas vividos por muitas comunidades eremíticas,

---

do Minho, em 1462, se documenta a existência de um grupo de “beatas”, que o monarca agracia, privilegiando “hũu homem com sua molher que teuerem careguo de as seruirem das cousas que lhe fezerem mester” (IT, *Chancelaria de D. Afonso V*, lv. 1, fl. 40 – 1462.07.02, Valença; publ. in *ibidem*, vol. II, p. 501-502).

73 Veja-se o caso paradigmático de Córdova, exemplarmente estudado por Maria del Mar Graña Cid – *Religiosas y Ciudades. La espiritualidad femenina en la construcción sociopolítica urbana bajomedieval (Córdoba, siglos XIII-XVI)*. Córdoba: Asociación Hispánica de Estudios Franciscanos, 2010, p. 26-28, 113-119. O mesmo se documenta, por exemplo, em Sevilha (cf. José María Miura Andrades – *Frailles, monjas y conventos. Las Órdenes Mendicantes y la sociedad sevillana bajomedieval*. Sevilha: Diputación de Sevilla, 1998, p. 231-266) e em Castela (Ángela Muñoz Fernández – *Beatas y Santas Neocastellanas: ambivalencias de la religión y políticas correctoras del poder (ss. XIV-XV)*. Madrid: Comunidad de Madrid, 1994).

74 Permitimo-nos aqui remeter para o que em outro lugar já estudámos sobre a comunidade das Galvoas: João Luís Inglês Fontes – *A pobre vida no feminino...*, p. 171-172.

também elas a braços com as tensões próprias do seu rápido crescimento e expansão e envolvidas num gradual processo de institucionalização que, face às tentativas de anexação de diversos dos seus eremitérios por parte dos Lóios e Jerónimos e de uma política cada vez mais aguerrida de intervenção desenvolvida pela Coroa, se mostraria o único caminho capaz de salvaguardar o essencial do seu modo de vida. Assim, em 1482, iniciado o reinado de D. João II, os eremitas aceitam adotar uma estrutura centralizada de governo, de cariz congregacional, tendo como cabeça natural a comunidade da Serra de Ossa. Redigem para si algumas normas básicas, ratificadas pelo monarca em 1488, que lhes permitem manterem-se livres da obediência a uma Regra e sujeitos apenas à profissão do voto de castidade<sup>75</sup>. É, aliás, sintomático do novo ambiente vivido face a estes grupos não sujeitos a uma Regra que seja precisamente nas Cortes de Évora-Viana celebradas pelo *Príncipe Perfeito* em 1481-1482 que, pela primeira vez, os povos se queixem dos “frades Rellegiosos e rrellegiosas e as beguinas que fazem conuenticlos de fora e nam querem tomar ordem aprouada omde fazem obras a deus pouco aprazemtes e comtra seu serviço e Imjuria sua”, pedindo que estes fossem obrigados a entrar “nas ordees aprouadas omde sob Regra siruam a deus e em maneira alguma nom lhes comsentam taees conuenticlos e ajuntamentos sem Regra e ordem aprouada”<sup>76</sup>.

O termo com que por duas vezes são apelidados – de beguinas ou beguinos – traduz uma visão negativa sobre os que optavam por esta forma de vida, na acusação de serem gente sem Regra aprovada pela Igreja e – o que se devia aplicar sobretudo às mulheres – viverem fora do resguardo e do controlo da clausura. O teor da queixa demonstra um efetivo desejo de ordenamento e de enquadramento deste tipo de iniciativas, mas espelha também que estas haviam assumido, nestes finais do século XV, uma dimensão suficiente para que fossem mencionadas nas Cortes convocadas pelo novel monarca.

Por último, os finais do século XV atestam o triunfo da Observância no interior das ordens mendicantes. Mesmo se, sobretudo no caso franciscano, o esgotamento e as limitações desta solução se vieram depressa a manifestar, face à emergência, entre finais do século XV e as primeiras décadas do XVI, de novas iniciativas que pugnavam por uma “estreitíssima observância” – dos capuchos da Piedade de Vila Viçosa aos

75 Sobre todo este processo, cf. João Luís Inglês Fontes – *Da “pobre vida” à Congregação da Serra de Ossa...*, p. 131-202.

76 Publ. em *Alguns documentos para servirem de provas à parte 2ª das Memórias para a História, e Theoria das Cortes Geraes, que em Portugal se celebrarão pelos três estados do Reino*. Ed. do Visconde de Santarém. Lisboa: na Impressão Régia, 1828, p. 240-241. Sobre estas Cortes, cf. Armindo de Sousa – *As Cortes Medievais Portuguesas (1385-1490)*. Vol. I. Porto: INIC – Centro de História da Universidade do Porto, 1990, p. 422-425; Amélia Aguiar Andrade e Rita Costa Gomes – *As Cortes de 1481-1482: uma abordagem preliminar. Estudos Medievais 3-4* (1983-1984), p. 151-212; Rita Costa Gomes – *As Cortes de 1481-1482*. In Diogo Ramada Curto, dir. – *O Tempo de Vasco da Gama*. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses – Comissariado para o Pavilhão de Portugal-Expo’98 – Difel, 1998, p. 245-264; Luís Adão da Fonseca – *D. João II*. Rio de Mouro: Círculo de Leitores, 2005, p. 59-64.

arrábidos de Fr. Martinho de Santa Maria –, a verdade é que a Observância viria impor-se definitivamente à claustra, obrigando as casas mais antigas a conformarem-se com os seus costumes e sendo doravante o modelo proposto para as novas fundações. Para isso, tinha o apoio inequívoco da realeza, dos prelados e da grande nobreza do reino<sup>77</sup>.

Interessa-nos, em particular, a Observância dominicana. Como é sabido, é já na observância que acontecem as fundações do mosteiro do Salvador de Lisboa, por iniciativa de João Afonso de Azambuja, bispo do Porto (1392), e do convento de São Domingos de Benfca, fundado pelo Dr. João das Regras (1399). É sabido o apoio dispensado por D. João I a estas iniciativas e como São Domingos de Benfca seria amplamente apoiado pela família do monarca e por muitos dos seus cortesãos. As novas fundações observantes – Nossa Senhora da Misericórdia de Aveiro (1423) e Nossa Senhora da Piedade de Azeitão (1435) – decorreriam sob o direto patrocínio da família real e, em 1466, o próprio convento de S. Domingos de Évora se sujeita à Observância. Nessa mesma data, o superior-geral da Ordem, Fr. Marcial Auribelli, reconhecia a autonomia dos conventos reformados face aos claustrais e atribuía-lhes um vigário próprio, colocado diretamente sob a sua jurisdição<sup>78</sup>. Nessa data, avança já a fundação do mosteiro feminino de Jesus de Aveiro, ereto em 1461 a partir de um anterior beatério associado a mulheres próximas da Corte régia e que se converteria em cenóbio dominicano, na obediência à Regra de Santo Agostinho e às Constituições da Ordem, sob a clara supervisão da comunidade vizinha dos Pregadores de Nossa Senhora da Misericórdia. A sua fama e prestígio devem ter-se reforçado com a instalação, em dependências contíguas ao mosteiro, da Infanta D. Joana, filha do rei Afonso V, a partir de 1472, onde se manteria até à data da sua morte, ocorrida em 1490<sup>79</sup>.

Todo este quadro é importante para percebermos o definir de todo um ambiente cada vez mais propício à institucionalização das experiências religiosas femininas nascidas fora do âmbito monástico e da sujeição a qualquer uma das Regras aprovadas pela Igreja. O processo de conventualização destes grupos, relativamente rápido, beneficiaria claramente as observâncias mendicantes, e em particular a dominicana, deixando transparecer o apoio, nessa transição, dos próprios monarcas e de importantes membros da nobreza.

No caso de Évora, o processo concluir-se-ia entre as duas últimas décadas do século XV e os primeiros anos da centúria seguinte. Três destes grupos acabariam por se converter em comunidades dominicanas, após uma fase intermédia como terceiras.

77 Sobre este assunto, vejam-se, por todos, Maria de Lurdes Rosa – A religião no século: vivências e devoções dos leigos..., p. 492-505.

78 Sobre este assunto, cf. Bernardo Vasconcelos e Sousa, dir. – *Ordens Religiosas em Portugal...*, p. 369-403, e bibliografia aí citada; Raúl António Rolo – Dominicanos. In Carlos A. Moreira Azevedo, dir. – *Dicionário de História Religiosa de Portugal*. Vol. II. Lisboa: Círculo de Leitores – CEHR da UCP, 2000, p. 82-83

79 Vejam-se, por todos, Gilberto Coralejo Moiteiro – *As dominicanas de Aveiro (c. 1450-1525): memória e identidade de uma comunidade textual*. Lisboa: Tese de Doutoramento em História, na especialidade de História Medieval, apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, policop., 2013.

Assim acontece, desde logo, com as pobres da casa das Galvoas, ditas já como terceiras dominicanas em 1496<sup>80</sup> e definitivamente convertidas em comunidade dominicana dedicada a Nossa Senhora do Paraíso por bula pontifícia de 1516<sup>81</sup>. No seu processo de institucionalização, deparamo-nos com a influência de um importante membro da corte manuelina, D. Álvaro da Costa, membro do conselho régio e camareiro e guarda-roupa do monarca, que dirige e financia a construção da capela do mosteiro e das restantes dependências monásticas e se assegura de que a nova casa obtém rendimentos suficientes para o seu sustento. Não admira, por isso, que as freiras lhe entregassem, em 1519, o padroado do mosteiro e se comprometessem a reservar a missa quotidiana da comunidade para sufrágio do novo patrono e dos seus descendentes, em reconhecimento das benesses dele recebidas<sup>82</sup>.

Também na órbita dominicana ingressariam outras duas casas de pobres, a saber, a recenseada na Rua do Cervato, da qual conhecemos tão pouco, e que cremos corresponder ao núcleo mais tardio intitulado de Santa Catarina de Sena<sup>83</sup>, e a das pobres de D. Guiomar ou de Maria da Fonseca, instaladas na Rua das Adegas, intituladas, a partir de 1489, como de Santa Marta<sup>84</sup>. Desta segunda, da qual estamos melhor informados, as suas ocupantes são já referidas como “freiras de sam dominguos da pedença” em 1490<sup>85</sup> e, dois anos depois, a própria Maria da Fonseca aparece a aforar umas casas na qualidade de “priolessa da dicta cassa”, acompanhada por cinco companheiras, ditas “freiras professoras estantes e viuentes na dicta cassa”<sup>86</sup>. No entanto, e ao contrário da casa de Nossa Senhora do Paraíso, os dados posteriores parecem revelar que Santa Marta se manteve como um mosteiro mais modesto e sem uma figura patronal própria. Assim se infere de uma carta de 1531, pela qual Lopo Pestana, escudeiro e cidadão de Évora, e Beatriz Peres, sua mulher, instituíam capela por suas almas na igreja do mosteiro, invocando, entre outros motivos, “a boa vyda vertudes e onestidade e boom emxempllo das dictas prioresa e do dicto moesteiro e em como era pobre e Nom tinha

80 O seu estatuto de terceiras é indicado pela bula de 1516 (cf. nota seguinte). Contudo, a partir de 1496, os documentos referem-nas simplesmente como freiras da Ordem de S. Domingos, nessa data ainda apelidadas de “freiras de santa maria da pjadade” (BPE, *Convento de Nossa Senhora do Paraíso de Évora*, lv. 94, nº 54 – 1496.11.22, Arraiolos) mas definitivamente associadas à invocação de Nossa Senhora do Paraíso logo no ano seguinte (cf. TT, *Chancelaria de D. Manuel I*, lv. 30, fl. 131v – 1497.06.28; BPE, *Convento de Nossa Senhora do Paraíso de Évora*, lv. 90, nº 19 – 1498.02.26, no “mosteiro de santa maria do parayso da cidade d euora”).

81 Bula *Inter curas multiplices*, de Leão X, de 29 de agosto de 1516 – BPE, *Convento de Nossa Senhora do Paraíso de Évora*, lv. 90 nº 6).

82 Cf. Bula *Inter curas multiplices*, lv. 90, nº 41 (1519.09.30, Évora). A carta de padroado e obrigação faz memória de todo o envolvimento de D. Álvaro da Costa no processo. Sobre este assunto, e o próprio percurso do padroeiro do Paraíso, cf. João Luís Inglês Fontes – *A pobre vida no feminino*, p. 172-174, e os estudos reunidos em Maria de Lurdes Rosa, coord. – *D. Álvaro da Costa e a sua descendência, séculos XV-XVII: poder, arte e devoção*. Lisboa: IEM – CHAM – Caminhos Romanos, 2013, em particular o texto sobre “A religiosidade de Álvaro da Costa: devoção, reformismo e distinção social”, da autoria da coordenadora da obra (p. 209-246).

83 A Rua do Cervato aparece precisamente como uma das confrontações desta casa, em documento de 1542 (cf. nota 91).

84 Cf. BPE, *Pergaminhos Avulsos*, pasta 13, nº 180 (1489.08.27, “dentro das casas e aratoryo [sic] que foram de dona gujumar e ora sse chama de santa marta que esta junto com sam dominguos da cidade d euora”).

85 TT, *Leitura Nova, Odiana*, lv. 2, fls. 263-263v (1490.02.06, Évora).

86 BPE, *Pergaminhos Avulsos*, pasta 13, nº 181 (1492.06.12, Évora).

mijssa ordinaria nem certa pera se cada dya no dicto moesteyro dizer nem suficiencia de rrenda por onde se podese cantar antes neçesidade pera seu sustentamento”<sup>87</sup>. A exiguidade da casa levaria as suas ocupantes a venderem o cenóbio, em 1545, quando se mostrava sólido o projeto de construir um novo mosteiro de Santa Catarina de Sena<sup>88</sup>, onde se pudessem reunir as duas comunidades.

A casa de Santa Catarina de Sena aparece-nos documentada em 1511, como casa “da hordem de são domjnguos da terçeyra Regra”, então liderada por uma Catarina de Melo, priora, e habitada por sete outras professoras<sup>89</sup>. Em 1535, decorriam já obras, lideradas por D. Francisco de Portugal, Conde de Vimioso, em ordem à construção de um novo mosteiro<sup>90</sup>. Segundo doação feita em 1542, ficamos a saber que, nesse cenóbio dedicado a Santa Catarina de Siena, se fizera sepultar a avó do Conde, D. Beatriz de Sousa, e que este havia começado a construir-lhe uma nova igreja, entretanto abandonada por não respeitar as determinações do seu patrono, que acabou por escolher o mosteiro de Nossa Senhora da Graça como seu panteão. A antiga igreja de Santa Catarina de Sena passava, então, por doação do Conde, para a posse das freiras de Santa Marta, que pretendiam aí edificar nova casa, mais espaçosa que a anterior. No entanto, o Conde não deixou de reservar a capela-mor do novo mosteiro para sepultura dos seus descendentes e de fazer com que a sua avó se mantivesse aí sepultada e sufragada<sup>91</sup>.

Provavelmente, um outro convento, conhecido como São João o Pequeno, terá as suas origens num beatério eborense, como sugere Luís Filipe Oliveira. Dele, quase nada conhecemos. Sabemos apenas que, entre 1480 e 1508, é submetido à Ordem Militar do Hospital, sendo aceite pelo Capítulo Geral da Ordem em 1517<sup>92</sup>.

Das fundações conventuais eborenses resultantes de antigos beatérios medievais, resta-nos ainda o mosteiro agostinho de Santa Mónica, que sucederia à casa das pobres fundada por Beatriz de Melo junto à igreja de São Mamede. Ainda ditas como simples mulheres da pobre vida em 1496<sup>93</sup>, surgem já como “freyras de santa Monjca da çidade d euora” em 1508, data do mais antigo documento recensado no arquivo desse cenóbio, sob a liderança de uma priora, Catarina Vicente, e com três outras companheiras, “todas freyras profesas na dita cassa”<sup>94</sup>. Em 1512, o mesmo mosteiro já

87 BPE, *Convento de Santa Catarina de Sena de Évora*, lv. 85, nº 34 (1531.02.04, Évora).

88 Cf. Gabriel Pereira – *Documentos Históricos da Cidade de Évora...*, parte III, p. 20 [514]. No lugar do antigo mosteiro de Santa Marta, viria, mais tarde, a surgir um recolhimento feminino, fundado por Luís de Melo, mestre-escola e Gomes Pires, cônego da sé de Évora (cf. *ibidem*, parte II, doc. LXXX, p. 257-258 [469-470]).

89 BPE, *Convento de Santa Catarina de Sena de Évora*, lv. 9, nº 71 (1511.03.11, Évora, em traslado de 1524.11.15, Évora).

90 Cf. BPE, *Convento de Santa Catarina de Sena de Évora*, lv. 6, nº 37 (1535.05.12, Évora).

91 Cf. BPE, *Convento de Santa Catarina de Sena de Évora*, lv. 86, nº 30 (1542.12.20, Lisboa).

92 O mesmo convento viria a ser transferido para Estremoz, em 1539. Sobre o mesmo, vejamos os dados compilados por Luís Filipe Oliveira (Convento de São João da Penitência de Estremoz. In Bernardo Vasconcelos e Sousa, dir. – *Ordens Religiosas em Portugal...*, p. 473-474).

93 Cf. TT, *Chancelaria de D. Manuel I*, lv. 43, fl. 4 (1496.05.10, Setúbal). Publicado por F. M. de Sousa Viterbo – *Dicionário histórico e documental dos arquitectos...*, vol. III, p. 440-441.

94 Cf. BPE, *Convento de Santa Mónica de Évora*, lv. 4, fls. 21-22 (1508.01.15, Évora).

é dito “da hordem de samto agostynho”<sup>95</sup>, atestando a adoção definitiva de uma regra aprovada pela Igreja e a transformação do anterior grupo numa comunidade monástica. Desconhecemos quase tudo sobre o respectivo processo de conventualização, que, ao contrário dos restantes, envereda pela aproximação aos Eremitas de Santo Agostinho, cuja instalação na cidade é bastante tardia (a fundação oficial do convento de Nossa Senhora da Graça data apenas de 1512), ainda que desde o início apoiada pelo bispo eborense e pelo monarca<sup>96</sup>.

Embora muitos destes processos mereçam ser revisitados, acompanhados de uma minuciosa prosopografia das pessoas envolvidas e das suas redes relacionais – o que se revelaria aqui impossível de efetuar –, parece claro o empenho – do rei, das autoridades eclesiásticas, dos patronos leigos e possivelmente de algumas das mulheres destas comunidades, mais atraídas por formas igualmente rigoristas mas institucionalmente enquadradas de vida religiosa – em favorecer a conventualização destes grupos associados à pobre vida. O exemplo de Évora parece, aliás, repetir-se em outras cidades do reino entre finais do século XV e as primeiras décadas do século XVI<sup>97</sup>. A rápida conventualização das experiências não regulares será doravante a norma, admitindo-se cada vez menos a possibilidade de uma opção religiosa feminina fora do âmbito da clausura e da obediência a uma Regra. As ordens mendicantes serão as grandes beneficiárias desta multiplicação de mosteiros, tutelados pela realeza e pela nobreza, e cada vez mais vigiados pelas autoridades eclesiásticas.

95 Cf. *ibidem*, lv. 4, fls. 35-39v (1512.03.12, Évora).

96 Vejam-se, por todos: Manuel Joaquim Calhau Branco – *A construção da Graça de Évora: contexto cultural e artístico*. Vol. I. Lisboa: Dissertação de Mestrado em História da Arte apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, policop., 1990.

97 Veja-se, para o caso de Lisboa, João Luís Inglês Fontes – *Reclusão, eremitismo e espaço urbano...*, p. 268-272.